

AMBIENTALISTAS INQUIETOS

Hipótese de revisão do impacto ambiental

A reabertura do processo de impacte ambiental da barragem do Sabor e do campo de golfe da lagoa da Vela assusta os ecologistas

HUMBERTO VASCONCELOS

A barragem do rio Sabor e a localização do campo de golfe da Figueira da Foz, na lagoa da Vela, prometem ser o Alqueva e a Ponte Vasco da Gama deste Governo, em termos de conflito ambiental. Isto a medir pela reacção, ainda pacífica, da maioria das associações de defesa do ambiente (ONGA), das quais se destacam a Liga para a Protecção da Natureza, que já tornou públicos a sua estranheza e desapontamento «pela reabertura de processos com nocivo impacto ambiental, segundo notícias vindas na comunicação social».

Considera a LPN, num documento referindo a sua óptica, que «a maioridade na tomada de decisão implica um congénito respeito pela legislação em vigor e o rigoroso cumprimento das deliberações associadas, assim como a firme resistência às investidas poderosas de interesses singulares, munidos de uma determinação criativa para invalidação das regras de coexistência na comunidade». Isto é: a LPN teme que os pareceres negativos dados para a realização de vários empreendimentos sejam esquecidos, e que outros, positivos, os venham substituir.

A LPN lembra alguns processos vindos a público. A barragem do Sabor, o último rio natural de Portugal (com excepção de uma minibarragem quase junto à nascente), «passou a ser uma obra impreterível, justificando à administração central e local, de forma falaciosa, a necessidade de a integrar num esforço de medidas para o uso de energias alternativas». O Sabor e o seu vale, segundo um grupo de avaliados biólogos, é «bem mais importante, em termos qualitativos, que o Alqueva em termos de riqueza biológica».



Arquivo Lusa

FOZ CÔA. Barragem do Sabor poderá voltar a ser moeda de troca

Esses mesmos biólogos entendem que a «lagoa da Vela e o seu campo de golfe são uma outra situação em que a natureza pode ficar a perder». Quanto a este campo de golfe, a LPN espanta-se de agora já «se reunirem condições ambientais para a aprovação do Ministério da Cidades, quando se não conhece qualquer alteração do quadro formal que levou ao seu oportuno chumbo». A LPN aponta ainda como apreensivas a «ampliação do IP5 na zona de Viseu» e o facto de parecer que o alargamento do IC19 pretende «ser realizado sem recurso a avaliação de impacte ambiental, por sugestão da autarquia de Sintra», com o «natural argumento da urgência da obra».

Segundo os ambientalistas da

LPN, «o licenciamento da actividade industrial parece poder ser alterado, reduzindo a importância da componente de avaliação ambiental, já que as propostas de alterações dos procedimentos vitimam formas e prazos de intervenção das autoridades ambientais e da participação pública».

O facto de as ONGA apenas exigirem, até ao momento, «necessários e elucidativos esclarecimentos» pode pôr em questão a acutilância das mesmas na defesa do ambiente. Após a renhida luta que travaram aquando do processo de co-incineração, não se conhecem, até agora, posições de exigência de esclarecimento da actual política do ministério gerido por Isaltino Morais.